

**Audição do Conselho de Opinião da Rádio e Televisão de Portugal, S.A. na 12<sup>a</sup>  
Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto da Assembleia da  
República, em 29 de maio de 2024**

O Conselho de Opinião da RTP (CO RTP) saúda a 12<sup>a</sup> Comissão Parlamentar (Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto) e renova a sua total disponibilidade para cooperar com os Senhores Deputados em todas as dimensões que tenham em conta a prestação do Serviço Público de Rádio, Televisão e Media, entre outros assuntos considerados pertinentes.

O CO definiu como objetivo estratégico essencial para o mandato 2021/25: **POR UMA EMPRESA DE SERVIÇO PÚBLICO MODERNA, RIGOROSA NA GESTÃO, AMBICIOSA NA MISSÃO, ÚTIL À SOCIEDADE, TRANSPARENTE NOS PROCEDIMENTOS, LIVRE E INDEPENDENTE NOS CONTEÚDOS.**

O CO RTP, ao longo do ano de 2023 até ao presente, prosseguiu a visão estratégica definida, valorizando cada um dos objetivos delineados e a que deu concretização:

1. Em 22 de maio de 2023 realizou uma Conferência Internacional sobre *O FUTURO DO SERVIÇO PÚBLICO DE MEDIA* prestado pela empresa pública RTP, amplamente participada, presencial e em *live streaming*.

Pensar o futuro do Serviço Público de Rádio, Televisão e Media, a 10 anos e procurando conhecer opiniões sobre o seu futuro e quais as iniciativas a empreender para corresponder aos objetivos e às preocupações dos cidadãos, foi uma das finalidades. Pensar a missão do Serviço Público, o modelo, a estrutura de custos, a dimensão os recursos humanos, qualificação profissional e o financiamento, foi outro dos propósitos.

À luz do que está constitucionalmente consagrado, uma informação livre, plural, isenta, rigorosa, e independente constitui um dos pilares fundamentais da Liberdade e da Democracia.



*Conselho de Opinião*

Vem a propósito recordar a afirmação proferida nesta conferência internacional, de que “não há democracia onde não houver comunicação social livre” porque a comunicação é “parte integrante da formação da consciência política dos cidadãos”

Numa época em que, na Europa, se discute o Serviço Público, propomo-nos acompanhar a reflexão e participar nela.

Foi expressiva a vontade de cooperação com o país, manifestada pelos representantes da diáspora portuguesa presentes. Propomo-nos continuar a dar atenção a estes propósitos.

2. Em 23 de outubro de 2023, no momento em que se assinalava um ano sobre o falecimento de Manuel Coelho de Silva, Presidente do CO RTP, realizou-se, no Auditório João Soares Louro, uma sessão pública de homenagem, em que se destacou o papel desempenhado por Manuel Coelho da Silva na defesa do serviço público de rádio, televisão e média.

Assinalou-se a condecoração, a título póstumo, atribuída pelo Presidente da República, Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, numa sessão que decorrera dias antes no Palácio de Belém.

Foi distribuído o livro, preparado pelo CO RTP, em que se referem as principais intervenções de Manuel Coelho da Silva e se guarda, para memória futura, o seu papel e os serviços prestados em defesa do Serviço Público, assegurado pela Empresa Pública RTP, SA.

3. Em 16 de maio de 2024 realizou-se a Conferência Internacional RIPE (Revisionary Interpretations of the Public Enterprise) na RTP, e nos dias 17 e 18 na Universidade Nova de Lisboa, que contou com a presença de 31 nacionalidades e de todos os continentes, de forma presencial, seguidos à distância em *live streaming*. Esteve em debate *O SERVIÇO PÚBLICO DE MEDIA PARA A INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE*.



*Conselho de Opinião*

O SPM assume renovada importância na promoção de uma sociedade mais plural, esclarecida e democrática, e contribui ativamente para o desenvolvimento económico, social, educacional e cultural dos países.

No panorama mediático português e no suporte que é dado pelos cidadãos ao Serviço Público de Media, são inúmeras as razões para o salvaguardar, garantir e promover. São 4 milhões de pessoas que diariamente contactam com o universo RTP, através dos 8 canais de televisão, 8 antenas de rádio e as múltiplas plataformas digitais (são várias RTP's).

O SPM continua a ser ferramenta essencial para a defesa da língua portuguesa pois são as várias RTP's que continuam a ser garantia fundamental para cruzar histórias da lusofonia entre continentes, para aproximar fronteiras e manter ligadas a Portugal terceiras, quartas e mais gerações de portugueses espalhados pelo mundo.

Apostar na produção de conteúdos para e na diáspora, na sinergia entre empresas de comunicação de língua portuguesa e na adequação das grelhas a cada geografia foram propostas que vieram das comunidades portuguesas, que reafirmam a importância da rádio e da televisão de Portugal para todos os lusodescendentes, garantia de uma diáspora salutar e informada.

De realçar a importância do SPM para a promoção do pluralismo informativo e da diversidade de vozes na sociedade, que se quer de paz e de bem estar para todos os povos.

4. Além da realização destas iniciativas, o CO RTP teve sempre presente, ao longo do ano, o cumprimento dos objetivos a que está obrigado estatutariamente, e como plasmado no seu Plano de Atividades:
  - Desenvolver o diálogo entre todos os membros do CO RTP, bem como deste Órgão Estatutário da RTP com os membros dos Órgãos Sociais da Empresa, e com as Entidades com quem o CO se relaciona institucionalmente;
  - Valorizar o espírito de equipa e cooperação, envolvendo todos os membros do CO na realização dos objetivos comuns – a defesa do Serviço Público de Rádio, Televisão e Media, prestado pela Empresa pública RTP;



*Conselho de Opinião*

- Dar continuidade ao relacionamento e à prestação de informação sobre as atividades e iniciativas do CO RTP, aos Órgãos de Soberania (Presidente da República, Assembleia da República, Governo – Ministro dos Assuntos Parlamentares e das Finanças – Tribunais Constitucional e de Contas;
- Manifestar disponibilidade para participar nas Audições promovidas pela Assembleia da República, em especial na sua Comissão Especializada para a Comunicação Social, nos órgãos de poder político das Regiões Autónomas e outras Entidades ligadas ao Serviço Público de Media, como a Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) / ANACOM / Autoridade da Concorrência;
- Defender a necessidade de intervenção do Conselho de Opinião na escolha dos novos Diretores da Empresa, através do mecanismo de audição prévia, à semelhança do que sucede atualmente quanto aos Provedores do Ouvinte e do Telespectador em que o CO RTP tem parecer vinculativo;
- Obter informação regular sobre os relatórios de audiências de Televisão e Rádio, procedendo à sua adequada análise, emitindo opinião e transmitindo reparos e sugestões junto do Conselho Geral Independente, do Conselho de Administração e das Direções da RTP;
- Fomentar uma rede de comunicação informal com a diáspora e organizações de Sociedade Civil, para melhor avaliação da prestação do Serviço Público de Rádio, Televisão e Media.

É possível ver e acompanhar o Serviço Público de Rádio, Televisão e Media do universo RTP, através dos canais, antenas, múltiplas plataformas digitais e do *site*, que nos oferecem programas transmitidos pela RTP desde a sua fundação, assistir às emissões de televisão e rádio em direto, bem como obter informação sobre notícias de atualidade, através da RTP Play, gratuitamente.

Encontra-se à disposição dos cidadãos um manancial histórico de grande qualidade, nos Arquivos da RTP, que dá suporte a programas de informação, mas também de formação



*Conselho de Opinião*

ao serviço da educação, de que são um bom exemplo a RTP Ensina, a RTP Memória, a RTP África, bem como a Rádio Pública. A RTP África iniciou em março, último, a RTP Net que junta várias empresas de serviço público, criando uma rede lusófona de conteúdos informativos que todos podem usar.

De assinalar a importância dos Arquivos, nas comemorações dos 50 anos do 25 de Abril que decorrem ao longo deste ano, de que são expressão as inúmeras celebrações evocativas já realizadas.

O CO propõe-se realizar reuniões de trabalho, fóruns de reflexão e debate nos Centros Regionais da RTP na Madeira e nos Açores, bem como nas Delegações Regionais.

No que concerne à revisão do Contrato de Concessão (CC), o CO enfatizou a atenção a dar aos conteúdos do presente CC, à Lei da Rádio, à Lei da Televisão e aos Estatutos da RTP.

O CO RTP aguarda conhecer a proposta de revisão do Contrato de Concessão, após o que emitirá o competente parecer.

O CO RTP assume e defende que o aumento de capital em falta, valor sancionado pela UE de 16,29 M€, previsto para 2020, que se destinava a financiar o esforço de investimento necessário para fazer face à prestação de um serviço público de excelência, era e é indispensável, dada a situação de obsolescência tecnológica da RTP, S.A., em diferentes áreas. Face às entregas que o acionista Estado realizou, a dívida atual cifra-se em 14,29 Milhões de euros, pelo que apelamos à planificação do seu pagamento.

O Conselho de Opinião sempre defendeu que a atualização da inflação se faça à luz do que a lei estabelece anualmente. Acontece que desde 2017 não houve qualquer atualização.

Durante o ano de 2023, o CO RTP assumiu todas as suas competências, tendo, nomeadamente, emitido parecer ao Relatório e Contas 2022, Parecer ao Plano de Atividades e Orçamento para 2023, Parecer ao Relatório de Cumprimento das Obrigações

*Conselho de Opinião*

de Serviço Público e do Projeto Estratégico 2022, Parecer ao Plano de Atividades e Orçamento para 2024. Está a preparar o Parecer ao Relatório e Contas da RTP referente a 2023. Emitiu ainda parecer favorável à recondução da Provedora do Telespectador.

Durante o primeiro semestre de 2023, o CO procedeu à audição de Diretores e Provedores da RTP. Reuniu com o Conselho Geral Independente, Conselho de Administração, Comissão de Trabalhadores e Sindicatos.

O CO RTP realça a capacidade técnica e profissional dos trabalhadores da Empresa e a sua entrega ao serviço público. Queremos, mais uma vez reconhecer, valorizar e agradecer toda a disponibilidade e empenhamento colocado nas diferentes missões.

Recordamos que à Assembleia da República cabe indicar 10 membros do CO RTP, faltando neste momento designar a pessoa que substituirá o membro que resignou ao mandato – Dra. Estrela Serrano. A Assembleia da República foi informada no dia 14 de novembro de 2021.

Lembramos, com saudade o Conselheiro Fernando Correia, falecido em 2 de março de 2024, cujos contributos relevantes, em defesa do SPM registamos, e a quem prestamos profunda homenagem.

O Conselho de Opinião da RTP reitera que continuará a desempenhar o seu papel conforme o previsto nos Estatutos e no Contrato de Concessão, assim como a colaborar com a Assembleia da República, o Governo e os diferentes órgãos sociais da RTP,S.A. para o aprofundamento da reflexão e missão sobre o futuro do Serviço Público de Media, e da melhor forma de supervisão e organização da empresa que o presta em Portugal, a Rádio e Televisão de Portugal, S.A.

Lisboa, 29 de maio de 2024

A Presidente do Conselho de Opinião

Deolinda Machado